

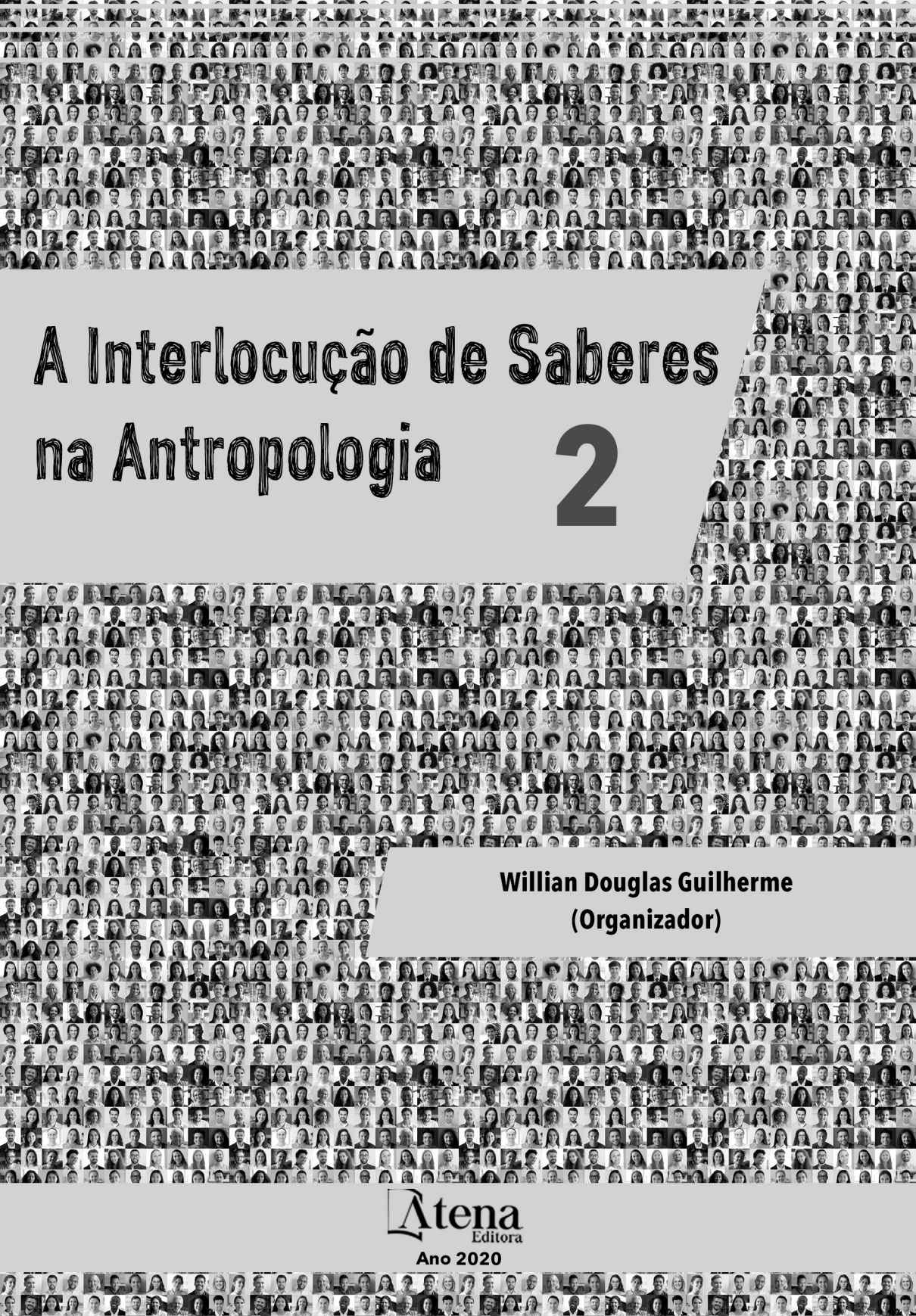


A Interlocução de Saberes na Antropologia 2

**Willian Douglas Guilherme
(Organizador)**

Atena
Editora

Ano 2020



A Interlocução de Saberes na Antropologia

2

**Willian Douglas Guilherme
(Organizador)**

Atena
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

- Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Willian Douglas Guilherme

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

I61 A interlocução de saberes na antropologia 2 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-375-0

DOI 10.22533/at.ed.750201109

1. Antropologia. 2. Ciências humanas. 3. Etnologia. I. Guilherme, Willian Douglas.

CDD 306

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Neste segundo Volume de “A Interlocução de Saberes na Antropologia” foram selecionados 18 artigos, o dobro do primeiro Volume, publicado em 2019. A intenção é ampliar o debate acadêmico por meio da divulgação dos resultados da pesquisa antropológica. Assim como no primeiro Volume, esta publicação mantém a característica crítica e direta que é a marca esta coletânea.

Os artigos trazem possibilidades diversas, discutindo dentro do viés antropológico, temáticas relativas aos saúde e povos indígenas, cultura, resistência negra e quilombos. Os artigos debatem seus objetos dialogando intensamente com o leitor, provocando, instigando a inquietação diante os resultados apresentados.

Ainda, temas como ciências da computação, processo judiciais, globalização, mudança no hábito alimentar e assédio sexual também são intensamente discutidos. É uma obra que precisa ser divulgada e referenciada.

Convido a navegarem pelo índice e desfrutarem do prazer desta leitura.

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ANTROPOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO	
Roberta Brandalise	
DOI 10.22533/at.ed.7502011091	
CAPÍTULO 2	26
A FORMAÇÃO INTERCULTURAL DE GESTORES NO CAMPO DA SAÚDE INDÍGENA	
Marcos Antonio Braga de Freitas	
Ana Paula Barbosa Alves	
Ariosmar Mendes Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.7502011092	
CAPÍTULO 3	40
ANTROPOLOGIA NAS PERÍCIAS: APROPRIAÇÕES DA PESQUISA ANTROPOLÓGICA NO ÂMBITO DE PROCESSOS JUDICIAIS	
Cíntia Beatriz Müller	
DOI 10.22533/at.ed.7502011093	
CAPÍTULO 4	51
ASSÉDIO SEXUAL EM ESPAÇOS PÚBLICOS E O CRIME DE IMPORTUNAÇÃO SEXUAL: A LEI Nº 13.718/2018	
Ester Rocha de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.7502011094	
CAPÍTULO 5	63
CAIXA DE COMENTÁRIOS DOS JORNAIS ONLINE DE MATO GROSSO DO SUL: OPINIÕES EXPRESSAS A RESPEITO DOS POVOS INDÍGENAS	
Gabriel dos Santos Landa	
DOI 10.22533/at.ed.7502011095	
CAPÍTULO 6	76
COMUNIDADES TRADICIONAIS E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO SUL DO AMAZONAS	
Cloves Farias Pereira	
Thereza Cristina Menezes Cardoso	
Suzy Cristina Pedroza da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.7502011096	
CAPÍTULO 7	89
CURSO DE GESTÃO EM SAÚDE COLETIVA INDÍGENA: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Ana Paula Barbosa Alves	
DOI 10.22533/at.ed.7502011097	

CAPÍTULO 8.....	104
DA NARRATIVA DE VIAGEM À NARRATIVA ETNOGRÁFICA: A REPRESENTAÇÃO DO OUTRO E A AUTORIDADE CIENTÍFICA	
Eliane Miranda Costa	
DOI 10.22533/at.ed.7502011098	
CAPÍTULO 9.....	117
ECONOMIA, CONSUMO E ESCASSEZ DE RECURSOS NATURAIS: OS DESAFIOS DO MUNDO GLOBALIZADO	
Ariosmar Mendes Barbosa	
Marcos Antonio Braga de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.7502011099	
CAPÍTULO 10.....	130
HISTÓRIA E MEMÓRIA DAS FAMÍLIAS DESCENDENTES DE ORIGEM ALEMÃ DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC	
José Raul Staub	
Adelcio Machado dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.75020110910	
CAPÍTULO 11.....	145
NOVAS CENTRALIDADES, NOVAS PERIFERIAS: NARRATIVAS DE FUGA NA FRONTEIRA ENTRE TERRITÓRIOS DA ZONA OESTE DE MONTEVIDÉU	
Romina Pedreira Cabrera	
Valeria Giménez Carratú	
DOI 10.22533/at.ed.75020110911	
CAPÍTULO 12.....	161
O CONCEITO DE CULTURA EM FOCO	
Adelcio Machado dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.75020110912	
CAPÍTULO 13.....	168
O HOME CARE DECIDIDO PELOS TRIBUNAIS: OUTRAS FACES E DILEMAS DA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE	
Lúisa Paim Martins	
Leonardo do Amaral Pedrete	
DOI 10.22533/at.ed.75020110913	
CAPÍTULO 14.....	183
O IMPÉRIO DOS SIMULACROS E A COMIDA “FRANKENSTEIN”... TEM “GOSTO”, “CHEIRO” E “COR” DE FRUTA, MAS NÃO É FRUTA – UMA PERSPECTIVA ANTROPOLÓGICA DOS SENTIDOS DO ATO ALIMENTAR	
Sophia Sartini Fernandes de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.75020110914	

CAPÍTULO 15.....	204
OUTROS OLHARES SOBRE OS OUTROS: A PRESENÇA INCÔMODA DOS CORPOS MODIFICADOS EM <i>BLOGS</i>	
Juliana Abonizio	
DOI 10.22533/at.ed.75020110915	
CAPÍTULO 16.....	211
PROTAGONISMO E RESISTÊNCIA NEGRA NA REGIÃO DO MARUANUM/AP: EM BUSCA DE SABERES ANCESTRAIS	
Jamile Borges da Silva	
Tayra Fonseca Rezende	
DOI 10.22533/at.ed.75020110916	
CAPÍTULO 17.....	222
REPRESENTAÇÃO ETNOGRÁFICA E A NARRATIVA SUBALTERNA	
Adriana Elisa Bozzetto	
DOI 10.22533/at.ed.75020110917	
CAPÍTULO 18.....	229
RITUAL DE TOBÓSSIS: BANCADA, BARCO E INICIAÇÃO DAS PRINCESAS AFRICANAS	
Tayná do Socorro da Silva Lima	
DOI 10.22533/at.ed.75020110918	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	263
ÍNDICE REMISSIVO.....	264

COMUNIDADES TRADIÇÃOAIS E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO SUL DO AMAZONAS

Data de aceite: 24/08/2020

Data de submissão: 04/06/2020

Cloves Farias Pereira

Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Faculdade de Ciências Agrárias - FCA
Manaus – AM
<http://lattes.cnpq.br/2044866546851722>

Thereza Cristina Menezes Cardoso

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
(UFRRJ)
Desenvolvimento Agricultura e Sociedade
(DDAS)
Rio de Janeiro – RJ
<http://lattes.cnpq.br/1961922404233305>

Suzy Cristina Pedroza da Silva

Núcleo de Socioeconomia - NUSEC
Universidade Federal do Amazonas - NUSEC/
UFAM
Manaus – AM
<http://lattes.cnpq.br/7031927625197306>

RESUMO: A partir do início do século XXI, intensificou-se na Amazônia, o velho esquema de expansão da fronteira agropecuária, sobretudo a partir das políticas de ordenamento territorial. Esse artigo buscou realizar um estudo etnográfico e comparativo de dinâmicas territoriais em curso no Sul do Amazonas. Tomamos como foco de reflexão áreas que se notabilizaram pela incidência de conflitos sociais associadas à reestruturação do mercado formal de terras. A partir do processo de regularização

fundiária das terras comunitárias, investigou-se a relação entre processo de expropriação fundiária e reaquecimento do mercado de terras no Sul do Amazonas.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia, Agronegócio, Mercado de Terra e Comunidades Tradicionais.

TRADITIONAL COMMUNITIES AND LAND REGULARIZATION IN THE SOUTH OF AMAZONAS

ABSTRACT: Since the beginning of the XXI century, it has been intensified in the Amazonia, the old scheme of agriculture's border expansion, about everything about the territorial ordering's politics. This article sought to accomplish an ethnographic study and comparative of territorials dynamics on course in the south of Amazonas. We took as reflection focus areas that were made famous by the incidence of social conflicts associated to the restructuring of the formal market of lands. Starting from the process of land regularization of the community's land, it has been investigated the relation between expropriation process and reheating of the market on the lands in the south of Amazonas.

KEYWORDS: Amazonia, Agribusiness, Market of Land and Traditional community.

1 | INTRODUÇÃO

No início da década dos anos 2000, verificou-se em grande parte da Amazônia que a política de ordenamento territorial esteve associada à iniciativa do Governo Federal

em priorizar a integração dos grandes projetos de desenvolvimento econômico, despontando, neste contexto, uma prática governamental que tem contribuído significativamente na expansão da fronteira agropecuária com apropriação de novas terras e na estruturação de atividades econômicas.

Um elemento fundamental de intensificação da expansão da fronteira agropecuária foi a formulação de uma política de ordenamento territorial, denominada de Programa Terra Legal Amazônia (PTLA), que surgiu no contexto de mudança institucional da reforma agrária em favor da regularização fundiária, sob a narrativa de combate ao desmatamento e de atendimento as reivindicações dos agricultores familiares e das comunidades tradicionais.

O PTLA constitui-se em valioso instrumento da política de ordenamento territorial, cujo efeito se expressaria na legalização de 67,4 milhões de hectares de terras federais na Amazônia Legal, com a emissão de títulos de terra para expansão do agronegócio nos municípios campeões de desmatamento, inibindo qualquer proposta apresentada pelos movimentos sociais de constituição de terras comunitárias mais rígidas ao processo de desterritorialização como a Reserva Extrativista.

Segundo Almeida (2014), as *agroestratégias* compreendem um conjunto de iniciativas protecionista para remover os obstáculos jurídico-formais que atrapalham as possibilidades de incorporação de novas terras aos interesses empresariais.

Todavia, as *agroestratégias* prosseguem com incentivos a política de ordenamento territorial, sobretudo com o avanço da regularização fundiária, crédito rural e obras de infraestrutura (estradas vicinais, hidrelétricas, aeroportos, portos e congêneres) que acabam por viabilizar o velho esquema de conquista territorial de que a região era um “vazio demográfico” e precisava ser “colonizada” e “desenvolvida”.

Em antagonismo às iniciativas empresariais, os povos e comunidades tradicionais organizaram *formas cotidianas de resistência* (SCOTT, 2002), resultando em constantes lutas pelo reconhecimento do direito a seus territórios tradicionalmente ocupados.

Para Acselrad (2004) o estímulo para a organização destes povos atingidos por impactos indesejáveis se dá justamente a partir da divergência entre os sentidos atribuídos à natureza, que comprometem a coexistência entre distintas práticas socioespaciais ou as territorialidades das comunidades tradicionais. Os conflitos, inclusive, fazem emergir as contradições impostas aos atingidos que, de maneira autoritária, não somente são excluídos dos processos como também devem arcar com todo ônus resultantes, inclusive representando passivos ambientais (RADAELLI, 2018).

Estes conflitos sociais estão ancorados discursivamente no processo social

denominado de *ambientalização dos conflitos* (LOPES, 2004), tendo em vista que a proteção da natureza tem justificado a regularização fundiária como um dispositivo para conter a devastação da floresta. Esse discurso ambiental definiu, como prioridades para a regularização fundiária, os municípios responsáveis pelas primeiras posições no ranking de desmatamento no Sul do Amazonas, como Lábrea, Humaitá, Manicoré, Novo Aripuanã e Apuí.

O presente trabalho consiste em um estudo etnográfico e comparativo das relações entre política de regularização fundiária e estratégias empresarias de apropriação de terras públicas. A análise detalhada destas relações busca refletir sobre as vicissitudes da implementação e os efeitos sociais da política de regularização fundiária em curso na região, em particular sobre a emergência dos conflitos socioambientais no Sul do Amazonas.

2 | HISTÓRIA DE OCUPAÇÃO DA REGIÃO

O Sul do Amazonas compreende os municípios de Apuí, Canutama, Boca do Acre, Lábrea, Humaitá, Manicoré e Novo Aripuanã, numa área de 474.021,814 km² e uma estimativa de 313.343 mil moradores. A região caracteriza-se por cerca de 193.460 Km² de terras comunitárias, onde as terras indígenas ocupam 39.351,38 Km², englobando 16 povos. Os projetos de assentamentos ocupam 30.492,23 Km² da região. As áreas protegidas ocupam maior parte com 193.460,00 Km², sendo 83.076,21Km² de Unidades de Conservação Federais e 40.540,18 Km² de Unidades de Conservação Estaduais (Figura 1).

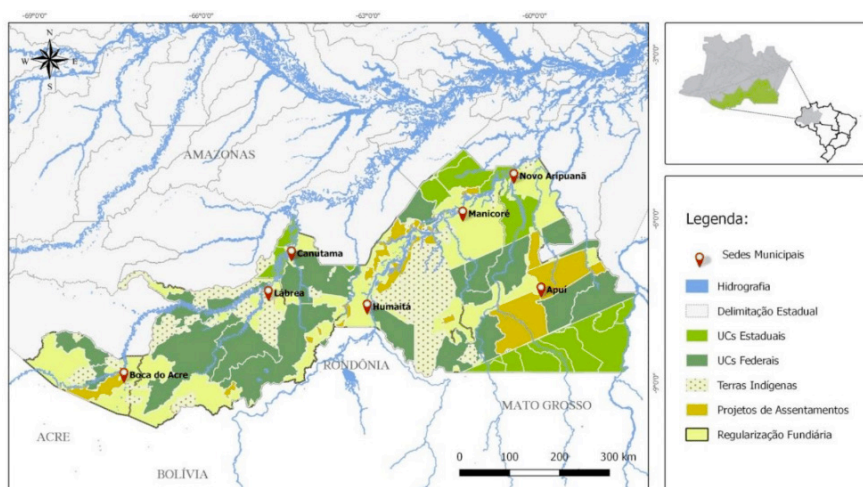


Figura 1. Distribuição de terras comunitárias no Sul do Amazonas.

A forma como as agências governamentais se interligou à região se deu através da implantação de planos, programas e projetos econômicos de cunho desenvolvimentista. O primeiro passo nesse sentido foi dado com a construção da BR-230, previsto no Plano de Integração Nacional, lançado pelo Governo Civil Militar, através do Decreto-lei nº 1106, de 17 de junho de 1970, que atravessou a região para a implantação da política de colonização coordenada pelo INCRA para pessoas de outras regiões do país (sobretudo do Nordeste) (VELHO, 1976).

Na década de 1980, a política de colonização começou a declinar, e as metas do Governo Federal, até então contabilizadas em número de títulos definitivos expedidos pelo INCRA aos posseiros por meio da regularização fundiária, começaram a mudar para a criação e implementação de assentamentos de reforma agrária (SCHWEICKARDT, 2001), destaque para a proposta do Projeto de Assentamento Rio Juma (PA Rio Juma) e o Projeto de Assentamento Matupi (PA Matupi).

No início dos anos 1990, a situação que se estabeleceu no Sul do Amazonas foi o aumento da devastação da floresta e reconcentração de grandes propriedades. O município de Apuí passou por um processo de aumento populacional associado à expansão da atividade pecuária (CARRERA, 2009). A área desmatada entre 1990 e 2007 aumentou quatro vezes em pouco tempo. O capim era plantado nas imensas áreas de terra desmatadas se tornaram grandes fazendas agropecuárias, apoiados pelo Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).

No município de Manicoré, INCRA alegava a existência de invasões de madeiros e especulações quanto à posse das terras e a necessidade de promover o ordenamento territorial das áreas fundiárias próximas da BR-230 de forma adequada, através de assentamento rural. Essa estratégia de criação de assentamento atraiu interesses de pessoas de diversos estados do país, e não demorou muito o fluxo se intensificou com a divulgação da notícia da destinação de uma área para criação do Projeto de Assentamento Matupi (PA Matupi).

Onde está o chamado Distrito de Santo Antônio do Matupi, abriu-se as primeiras estradas em direção ao norte do Mato Grosso, que têm registrado os principais focos de desmatamento. Destaque para estrada vicinal Pito Aceso, onde levas de pecuaristas, especuladores e madeiros se apropriaram da terra pública, mediante a ocupação da terra devoluta ou processo de expropriação violenta de agricultores familiares. Decidiram apropriar-se também de terras em direção a cidade de Manicoré, ocupando ou grilando imensas áreas de terras devolutas na estrada vicinal Milton Maia, acelerando a incorporação da região as atividades produtivas madeiras, agropecuária e mineração (FIGURA 2).

Além disso, em 1995, empresários, pecuaristas, comerciantes e produtores

de grãos se apropriaram das terras devolutas na rodovia do Estanho em busca dos campos naturais, na lógica de expandir as culturas de grãos (soja, arroz e milho). Na esteira destes empreendimentos, o Governo do Amazonas, através do Programa Terceiro Ciclo de Desenvolvimento do Amazonas (PTCD), disponibilizou recursos creditícios e fiscais que foram usados para que esses agentes sociais prosseguissem na implantação de grãos e pecuária extensiva.

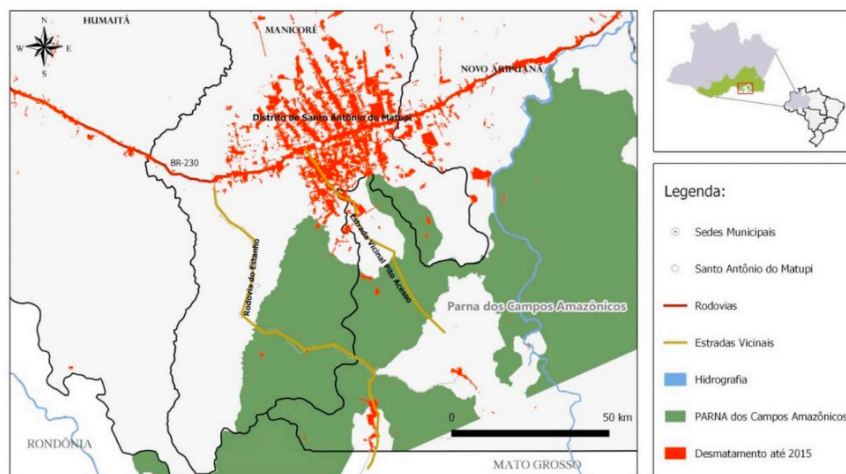


Figura 2. Distrito de Santo Antônio do Matupí (Km 180).

Flexor e colaboradores (2006) concluíram que o PTCD tinha por finalidade expandir o plantio de grãos sob um intenso programa de fomento e crédito. Como resultado, grandes proprietários e pecuaristas oriundos do Paraná, Mato Grosso, Acre e Rondônia se apropriaram ilegitimamente dos campos naturais na rodovia do Estanho e mediante, conluio com funcionários públicos do Banco do Estado do Amazonas (BEA), tiveram acesso ao crédito rural.

O Governador do estado do Amazonas criou uma estrutura de apoio aos grandes proprietários no cultivo de soja e arroz. O PTCD foi concebido e implementado a partir de um conjunto de ações difusas voltadas, particularmente, para o desenvolvimento agropecuário baseado na formação de polos econômicos, operacionalizados, primeiro, pela Companhia de Desenvolvimento do Amazonas e, posteriormente, pelo Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM) (LIMA, 2008).

Neste sentido, a rodovia do Estanho ganhou reconhecimento em relação à prática de grilagem no Sul do Amazonas. Nesta área, há uma grande concentração de produtores de grãos que instalaram, na região, um importante aparato de

produção e armazenamento de grãos e utilizavam CCIR para obtenção de crédito de bancos e agências de fomento para ampliar áreas de cultivo de arroz. Salienta-se, ainda, que cooperativas e empresas privadas provenientes de Manto Grosso e Rondônia vêm grilando terras para expandir o plantio de soja (MENEZES, 2011).

No município de Lábrea, de acordo com estimativas feitas por Vitel (2009), a região destaca-se por apresentar a maior taxa desmatamento. A devastação da floresta passou a se intensificar a partir da década de 1990, a partir da BR-364. A principal atividade que tem levado a perda de cobertura florestal é a atividade pecuária. Também, processos de grilagem e atividade madeireira têm provocado conflitos sociais, contribuindo para a expulsão de assentados, posseiros e comunidades tradicionais.

O município de Lábrea, destaca-se por estar incluído na lista dos 36 maiores desmatadores da Amazônia, sendo este um fenômeno ligado à atividade agropecuária e exploração de madeira, com 09 frentes de desmatamento, nas seguintes estradas vicinais: Jequitibá, Boi (antigo ramal dos Baianos), Mendes Júnior, Mococa e ramal do L, bem como nos rios Ituxi, Riozinho e Curuquetê. A região se tornou um foco de atividades especulativas, com a abertura de ramais clandestinos que são usados tanto para extração ilegal de madeira, quanto para grilagem de terra (FIGURA 3).

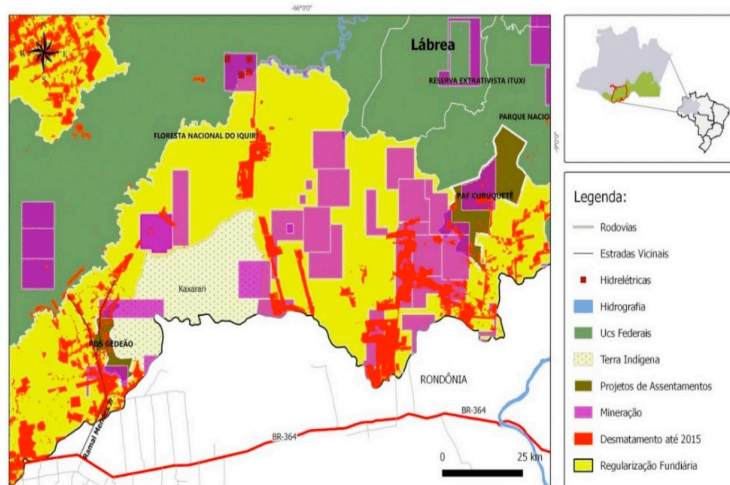


Figura 3. Configuração territorial no Sul de Lábrea.

O avanço da fronteira agropecuária no Sul do Amazonas está associado à atuação das agências governamentais de fiscalização ambiental nos estados do Pará e Rondônia nos anos de 2005 e 2006. Os investimentos governamentais em operações de fiscalização ambiental na Amazônia davam sustentação para a queda

sucessiva dos índices de devastação da floresta, considerando que os empresários passam a se deslocar no interior da Amazônia, em muitos casos, saindo dos municípios monitorados pelo Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia.

Devido às operações do IBAMA, a atividade madeireira nos municípios de Rondônia entrou em declínio, especialmente em Ariquemes. Os pecuaristas estavam interessados na venda da madeira que era queimada no processo de transformação da floresta em pastagem, então, trouxeram as serrarias para serem implantadas na região. Portanto, criaram-se as condições para a tecnificação da atividade madeireira, articulada com novos movimentos de chegada dos empresários. Não demorou a surgir inúmeros documentos “fraudulentos”. Os empresários registraram nos Cartórios de Registros das Comarcas de Lábrea, Manicoré e Novo Aripuanã os documentos de compra e venda, e, com esse simples artifício, partiram em busca da regularização fundiária.

3 I PROGRAMA TERRA LEGAL AMAZÔNIA

No segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) elaborou o Plano Amazônia Sustentável, em parceria com os governadores dos nove estados da Amazônia, cujo objetivo era nortear o desenvolvimento da região por meio da construção de uma agenda comum (principalmente obras de conexão) com os países vizinhos, o que resultaria num aprofundamento econômico das relações entre as comunidades fronteiriças (BRASIL, 2008).

Destaca-se que o Plano Amazônia Sustentável estava associado à política externa do Governo Federal em priorizar a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA), articulando com ações do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), Plano Decenal de Energia (PDE) e Plano Nacional de Recursos Hídrico (ALMEIDA, 2009). Nesse sentido, tornou-se importante para o Plano Amazônia Sustentável resolver a insegurança fundiária da região, haja vista o interesse do agronegócio em adquirir melhores direitos de propriedade da terra.

Em 2008, a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República e o *International Bank for Reconstruction and Development* (BIRD) realizaram, em Brasília, o Seminário Internacional “O Desafio da Regularização Fundiária na Amazônia”, que subsidiou a negociação do Governo Federal com os nove governadores da Amazônia Legal sobre a regularização fundiária na região.

Em sintonia com o novo cenário de aumento da produção de *commodities* em que se destacava a tendência de um processo de destinação das terras públicas da União para a administração dos Governos Estaduais da Amazônia Legal, era imperioso encará-lo como um processo de aceleração de legalização das terras

públicas, por meio do repasse de recursos com a finalidade fortalecer os Institutos Estaduais de Terras e dar-lhes uma destinação.

O Governo Federal resolveu promover mudanças institucional em favor da regularização fundiária, por meio do Decreto nº 6.992, de 28 de outubro de 2009. Ele regulamentou a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas rurais situadas em terras da União, no âmbito da Amazônia Legal, definida pela Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007.

Para implementar a Lei nº 11.952, o Governo Federal minimizou a participação do INCRA no processo de legalização das terras, seguiu-se o caminho da intervenção no processo de regularização fundiária, faz-se necessário a criação do PTLA, que se apropriou da base fundiária do INCRA e arrastou uma parte do corpo técnico com uma vasta experiência em regularização fundiária. No caso do Amazonas, pode-se constatar que o PTLA incorporou inclusive, parte da estrutura física do INCRA.

Essa política de regularização fundiária foi incorporada na estratégia do Plano Amazônia Sustentável lançado em 2008 pelo Governo Federal, voltado para a disponibilização de grandes extensões de terras em regiões afetadas pelas grandes obras de infraestrutura sujeitas às tendências de alta de preços do mercado de terras (ALMEIDA, 2009).

Segundo Brito e Barreto (2010), o Ministério Público Federal questionou a dispensa de vistoria obrigatória para imóveis abaixo de 4 módulos fiscais. A ausência de verificação de imóveis abaixo de 4 módulos fiscais antes da emissão de títulos seria uma afronta aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade. O MPF acredita que o argumento de economia de tempo dos órgãos fundiários, usado para embasar a dispensa de vistoria, colocaria em grande risco o patrimônio público e o direito de grupos étnicos e culturais, como indígenas, quilombolas e populações tradicionais.

Atualmente, o Governo Federal encaminhou a Medida Provisória Nº 910, de 10 de dezembro de 2019, que alterou os dispositivos da Lei nº 11.952. Tal medida provisória se assemelha às medidas provisórias publicadas durante a ditadura militar, sob o mesmo discurso de promover a inclusão social e a justiça agrária, assegurando o acesso à terra ao posseiro de boa-fé que dela retiram seu sustento. Esse dispositivo facilitará ainda mais a regularização das posses ilegais, ocupadas pelos madeireiros e pecuaristas, o que lhe conferiu a denominação de “MP da Grilagem”.

4 | REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E NOVAS FORMAS DE EXPROPRIAÇÃO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS

As circunstâncias históricas de confrontos, conflitos e violações repetem os velhos esquemas de usurpação de terras na Amazônia. Francisco Nonato, 65 anos, nasceu no rio Abunã e permaneceu “invisível” durante muitos na estrada vicinal Mococa. Testemunhou a ação violenta dos pistoleiros contratados pelos pecuaristas Aparecido Albergone, proprietário da Fazenda Três Barras e Nilo Lemos Batista da Costa, proprietário da Fazenda Nova Fronteira (antiga Rio Novo) que resultou nas remoções de seringueiros que viviam na região.

A primeira tentativa de remoção de Francisco Nonato aconteceu numa conversa com o pecuarista Aldemir Gadelha (dono de uma fazenda que não soube identificar o nome). A ameaça do pecuarista veio camuflada na compra dos seus direitos sobre a colocação. O pecuarista dizia que possuía documentação daquelas colocações e tinha conseguido expulsar inúmeras famílias de seringueiros com um suposto pagamento de benfeitorias, uma vez que apresentava os títulos fundiários fraudulentos como instrumento de usurpação das terras.

Francisco Nonato relatou que seringueiros foram capturados por pistoleiros contratados pelo pecuarista Nilo Lemos Batista da Costa; eles fizeram todo o percurso caminhando a pé, por mais de vinte quilômetros, até a sede da Fazenda Nova Fronteira, enquanto os pistoleiros estavam montados em jegues (asnos). Os seringueiros foram ameaçados de morte pelo pecuarista e tiveram as roças destruídas pelos pistoleiros.

Já o pecuarista Atanázio José Schneider comprou um documento fraudulento e reivindicou o domínio de uma área de 13.400 mil hectares. A colocação de Manoel Mendes estava dentro do perímetro. As situações de violências levaram Manoel Mendes a denunciar o caso à Polícia Federal. Em seguida, Atanázio José Schneider anunciou que tinha vendido as terras para o madeireiro Carlos Roberto Passos, e que havia assumido como principal missão retirar a família do seringueiro. Maria José, 54 anos, esposa de Manoel Mendes, comentou que depois da recusa de venda da colocação, os pistoleiros contratados por Carlos Roberto Passos passaram a fazer disparos de arma de fogo contra a residência. O episódio deixou o seringueiro com medo e aceitou o pagamento de 3 mil reais pela colocação de 700 hectares.

Lúcia Silva, 65 anos, reside hoje em Nova Califórnia, Rondônia. Chegou ao rio Iquiri no ano de 1948; onde permanece até os dias atuais. O conflito iniciou com a implantação da Fazenda Água Verde. O proprietário Arnaldo Rodrigues Vilela se disse dono de 20 mil hectares, incluindo as colocações Floresta, Bom Jesus e Santa Tereza pertencentes à família de Lúcia Silva.

Carlos Celso Medeiros Ribeiro foi contratado para retirar a família de Lúcia,

construindo uma porteira na vicinal da Torre. A porteira era vigiada por um grupo de pistoleiros, impedindo a circulação dos parentes de Lúcia, principalmente, o escoamento da produção de castanha e açaí.

Apesar das denúncias feitas por telefone à Polícia Militar para garantir o acesso às colocações, Lúcia teve que se deslocar até a sede do município de Lábrea. Fez a denúncia contra a construção do portão e a violências dos pistoleiros. Veio, então, um grupo de policiais que destruíram o portão e prenderam os pistoleiros com as armas de fogo. Na semana seguinte, os pistoleiros apareceram na fazenda e passaram a intimidar os seus parentes, chegando a apontar armas em direção a Lúcia.

Alguns moradores das comunidades tradicionais relataram que as práticas ilegais dos pecuaristas e madeireiros eram tratadas como “naturais” pela equipe de cadastramento do Programa Terra Legal Amazônia. Uma funcionária da Divisão Técnica do Programa Terra Legal no Amazonas, argumentou com os seringueiros que a documentação daquela área onde eles moravam estava legalizada pelos madeireiros e exigia a saída deles imediatamente. Francisco Nonato, seringueiro de uma área a regularizar, relata em entrevista:

Pois bem, eu cheguei com a dona Maria e disse: “Bom dia. Será que meus títulos dessas terras como tá”. [Núbia] Ela olhou e rebolou. Disse: “olha, isso aí, o senhor é invasor”. Mesmo assim na minha cara. [Núbia disse para Maria] “A senhora é invasora também, estão dentro da terra do senhor Atanásio”. Disse assim na minha cara. Eu disse: “senhora o que é isso, seja humana, tenha compaixão. Eu subo aqui na BR, 28 km pra ir dentro do ramal da Mococa, desço na linha 10. Eu estou na beira do riozinho senhora”. Ela disse: “não quero nem satisfação, o senhor é invasor”. Não me diga que eu sou invasor que eu fico nervoso com essa história. A senhora não prova que eu sou invasor, que lá eu comprei a posse de outro seringueiro, pra isso ele mora aqui. Se a senhora quiser eu vou buscar ele. Não quero satisfação.

Durante o trabalho de campo no município de Lábrea, funcionários do PTLA estavam em campo buscando resolver a situação da Gleba Iquiri, área conflituosa. Eles realizaram uma reunião com os posseiros e argumentavam que a maioria das famílias de posseiros que haviam requerido a regularização fundiária das posses da Gleba Iquiri havia “abandonado a área”. Naquele momento, os funcionários estavam cadastrando os atuais ocupantes para emissão do título fundiário. Eles informaram que não tinham nenhuma informação sobre o motivo da saída das pessoas e nem estavam interessados no assunto, faziam apenas uma nova vistoria para a regularizar as posses.

Em reunião com funcionários do PTLA no Distrito de Nova Califórnia (Rondônia) para cadastrar os interessados na regularização fundiária no Sul de

Lábrea, uma dessas pessoas atendidas foi o seringueiro Francisco Nonato, que reclamou da demora na regularização fundiária de sua colocação na estrada vicinal Mococa e denunciou que, nos últimos anos, os conflitos se intensificaram muito com aumento da violência sobre os seringueiros, que estão sendo obrigados a vender as colocações para os pecuaristas.

No município de Apuí, o caso da comunidade Salva Terra é exemplar: o madeireiro comprou a área fundiária do extrativista Antônio Miranda Alves. Esse extrativista foi até o Cartório de Registro de Apuí e assinou um contrato de compra e venda elaborado pelo madeireiro, dizendo que o extrativista estava vendendo a terra comunitária das 15 famílias que vivem na comunidade. O madeireiro vendeu a terra para uma outra pessoa que tinha a popularidade de expulsar extrativistas para depois revendê-las aos madeireiros, o que resultou em ameaça de morte das 15 famílias da comunidade Salva Terra.

Neste caso, os capangas e os pistoleiros dos madeireiros procederam a “limpeza” da comunidade, mas, via de regra, com violência, abrindo picadas e tocando o terror, uma resposta tradicional do latifúndio na Amazônia (LOUREIRO, 1996). Os extrativistas das demais comunidades tradicionais passaram a conviver com árvores identificadas com placas de alumínio e a chegada de trabalhadores das serrarias para iniciar a exploração do “manejo florestal sustentável”.

Em pouco tempo, as principais lideranças dos extrativistas da comunidade Salva Terra passaram a ser ameaças de morte, principalmente o extrativista que denunciou a violência e o deslocamento compulsório dos extrativistas. Os pistoleiros foram a sua casa e deram o “aviso” para que “não se metesse nos seus negócios”. A Comissão Pastoral da Terra – CPT chegou a incluir as 170 famílias de extrativista do rio Aripuanã na lista dos ameaçados de morte (CANUTO et al, 2010).

O que tem se verificado é que os pecuaristas usam o cadastramento e declararam as colocações dos seringueiros para obter vantagens extralegais. Os procedimentos do PTLA estabeleceram os termos pelos quais a grilagem é legalizada e se traduziu em *atos de gerir conflitos* (SOUZA LIMA, 2002), mediante a interrupção da regularização em casos de conflito de terra.

O PTLA foi o principal dispositivo usado para remoção das comunidades tradicionais que habitavam tradicionalmente o Sul do Amazonas. Para esse programa, não importa o conceito de terra comunitária e nem a garantia, segurança e permanência das pessoas nas comunidades tradicionais, mas, sim, o fato de organizar o mercado de terras com a concessão de títulos alienáveis, o que facilitará a transferência ao domínio privado de grandes extensões territoriais de terras públicas.

São inúmeros os casos de violência narrados pelos moradores das comunidades tradicionais. Por trás de toda violência, há uma lógica de funcionamento

do mercado de terras, que aponta para uma *campanha de desterritorialização* (ALMEIDA; MARIN, 2010), que tem intensificado os conflitos sociais pelo controle das terras comunitárias para expansão da fronteira agropecuária.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão da fronteira agropecuária é uma história de destruição no Sul do Amazonas, ainda representada pela ascensão da exploração florestal e da pecuária, na qual empreendimentos dos agronegócios apresentam uma demanda cada vez mais crescente por terra. Por isso, políticas governamentais retomaram a reestruturação formal do mercado de terra, mesmo que, de imediato, o PTLA reproduza a narrativa de atendimento as reivindicações dos produtores familiares e posseiros. Não restam dúvidas, que a expedição de títulos fundiários permitirá a concentração de grandes extensões de terras sob o domínio das elites empresariais que se dedicam à extração de madeira, mineração e pecuária.

No Sul do Amazonas, a perspectiva da governança fundiária se traduziu no aquecimento do mercado de terras, cujo resultado mais perceptível é de uma campanha de desterritorialização, com a incorporação de imensas extensões de terras públicas e comunitárias aos empreendimentos agropecuários.

Nessa perspectiva, não restam dúvida, de que o processo de regularização fundiária continuará agilizando a liberação das terras comunitárias ao agronegócio, desenvolve-se alinhado com as iniciativas das agroestratégias voltada à reestruturação do mercado de terras e dinamização da fronteira agropecuária, procurando repetir, no Sul do Amazonas, o mesmo esquema de desenvolvimento econômico implantando na região do Grande Projeto Carajá, que disponibilizou grandes extensões de terras aos empreendimentos empresariais.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ALMEIDA, A. W. B. **Conflitos Sociais no “Complexo Madeira”**. Manaus: Nova Cartografia Social da Amazônia, UEA Edições, 2009.

_____. MARIN, Rosa Acevedo. Campanha de Desterritorialização na Amazônia: o agronegócio e a reestruturação do mercado de terras. In: CASTRO, Edna; VERMELKA, Marcel. **Amazônia: região universal e teatro do mundo**. São Paulo: Globo, 2010.

_____. Agroestratégias e Desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estratégias dos agronegócios. In: RODRIGUEZ, José Exequiel Basini et al. **Povos tradicionais, fronteiras e geopolítica na américa latina: uma proposta para a Amazônia**. Manaus: EDUA, 2014.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. **Plano Amazônia Sustentável: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2008.

BRITO, B.; BARRETO, P. **Primeiro Ano do Programa Terra Legal: avaliação e recomendação**. Belém: Imazon, 2010.

CARRERO, G. C. **Dinâmica do desmatamento e consolidação de propriedades rurais na fronteira de expansão agropecuária no sudeste do Amazonas**. Dissertação de mestrado. Manaus: INPA, 2009.

FLEXOR, G. G.; LEÃO, S. A. V.; LIMA, M. S. A Expansão da Cadeia da Soja na Amazônia: os casos do Pará e Amazonas. **XLIV Congresso da SOBER: Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento**. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/5/695.pdf>. Acesso 20 jan. 2017.

LIMA, M. S. **Políticas Públicas e Território: uma discussão sobre os determinantes da expansão da soja no Sul do Amazonas**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

LOPES, J. S. L. (Coord.). **A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial**. Rio de Janeiro: Relumê Dumará; Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

MENEZES, T. C. C. Dois destinos para o Purus: Desenvolvimentismo, sociambientalismo e emergência dos povos tradicionais no Sul do Amazonas. In: SANTOS, G. M. **Album Purus**. Manaus: EDUA, 2011.

RADAELLI, A. **Os Kambeba do rio Jandiatuba: Território, garimpo e conflitos socioambientais**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Manaus: UFAM, 2018.

SAUER, S.; ALMEIDA, W. **Terras e Territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2011.

SCHWEICKARDT, K. H. S. C. **Um olhar sobre a produção do espaço na Amazônia – Os encontros e desencontros entre política de reforma agrária e a política ambiental no estado do Amazonas**. Dissertação de Mestrado. Manaus, UFAM, 2001.

VELHO, O. G. **Capitalismo Autoritário e Campesinato**. São Paulo: Difel, 1976.

VITEL, C. S. M. N. **Modelagem da dinâmica do desmatamento de uma fronteira em expansão, Lábrea, Amazonas**. Manaus: Tese (Mestrado em Ciências de Florestas Tropicais). Manaus, INPA, 2009.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agronegócio 67, 76, 77, 82, 87

Amazônia 39, 76, 77, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 102, 112, 231, 258, 259

Antropologia 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 32, 39, 40, 41, 42, 44, 49, 50, 63, 75, 88, 104, 106, 107, 108, 109, 113, 115, 116, 117, 135, 161, 162, 164, 166, 167, 181, 183, 202, 210, 213, 221, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 247, 256, 259

Assédio 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62

Autoridade 41, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 173, 226

C

Centralidade 43, 145, 164, 170, 179, 211, 214, 218, 219, 220

Comunidades 22, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 45, 65, 71, 76, 77, 81, 82, 84, 85, 86, 89, 90, 92, 94, 95, 96, 99, 100, 101, 157, 158, 183, 188, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 233

Consumo 33, 98, 99, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 131, 184, 185, 191, 192, 193, 194, 195, 198, 199, 200, 205

Cotidiano 11, 21, 34, 59, 89, 90, 91, 100, 128, 139, 163, 184, 189, 192, 197, 202, 204, 206, 215, 216, 218, 220, 222, 227, 229, 232, 256

Cuidado 99, 168, 169, 170, 171, 173, 176, 178, 179, 192

Cultura 3, 4, 5, 6, 8, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 23, 24, 25, 28, 39, 65, 66, 67, 68, 73, 75, 95, 101, 102, 106, 107, 108, 110, 114, 126, 140, 141, 142, 156, 157, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 185, 187, 188, 189, 190, 191, 200, 201, 207, 208, 209, 210, 211, 218, 221, 222, 223, 224, 226, 228, 231, 236, 247, 258, 259, 260

Cultural 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 31, 34, 35, 38, 39, 43, 44, 46, 73, 91, 92, 94, 95, 104, 105, 109, 114, 115, 116, 130, 136, 137, 141, 142, 145, 149, 150, 152, 156, 160, 161, 163, 165, 166, 167, 181, 184, 187, 188, 193, 207, 208, 213, 218, 226, 233, 234, 236, 248, 253, 258, 259

D

Decisões judiciais 168, 170, 171, 172, 173, 179, 182

Digital 63, 167

E

Economia 4, 11, 73, 75, 83, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 128, 129, 138, 142, 172, 179, 184, 186, 195

Educação 13, 16, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 74, 88, 89, 90,

91, 92, 93, 97, 99, 101, 102, 126, 128, 161, 162, 164, 166, 167, 189, 191, 192, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 213, 221, 263

Epistemologia 1, 2, 23, 108, 114

Escrita 42, 44, 45, 48, 91, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 199

Estigma 204

Estudantes 1, 2, 3, 4, 9, 29, 33, 38, 89, 90, 94, 95, 96, 100, 101, 222

Etnografia 5, 19, 42, 49, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 222, 223, 224, 227, 229, 230, 231, 232, 236, 241, 245, 256, 258

Evitação 171, 204

F

Fronteira 76, 77, 81, 84, 87, 88, 143, 145, 215

G

Gestão 26, 28, 29, 30, 31, 35, 36, 37, 38, 39, 50, 75, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 103, 171, 172

Globalização 117, 119, 123, 125, 128, 218, 219

H

Home care 168, 169, 171, 172, 173, 178, 179

I

Identidade 11, 12, 23, 24, 30, 32, 34, 44, 49, 50, 61, 66, 74, 109, 121, 134, 137, 143, 164, 205, 211, 212, 213, 215, 216, 217, 219, 220, 229, 234, 244, 248, 253, 259

Imigração 130, 131, 132, 133, 134, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144

Interatividade 69, 161, 163

Interculturalidade 26, 28, 29, 31

Interlegalidade 40, 50

L

Lei 32, 37, 39, 51, 52, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 79, 83, 102, 119, 138, 143, 171, 175, 177, 200, 201, 248, 260

M

Memória 11, 130, 133, 134, 135, 137, 139, 140, 142, 143, 144, 190, 195, 198, 215, 220, 221, 241

N

Narrativas 9, 11, 12, 23, 40, 41, 105, 106, 112, 113, 114, 145, 146, 151, 153, 155, 157, 158, 159, 188, 214, 222, 225

O

Origem 16, 46, 48, 59, 64, 130, 131, 132, 133, 134, 137, 138, 140, 163, 164, 181, 195, 216, 222, 223, 227, 242

P

Povos indígenas 26, 27, 28, 29, 32, 34, 36, 39, 63, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 90, 91, 92, 94, 95, 97, 98, 101, 102

Q

Quilombo 44, 46, 47, 211, 213, 214, 217, 220, 221

Quilombolas 40, 44, 46, 47, 49, 83, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 219, 220

R

Reinvenção 127, 180, 215, 229, 244, 259

Religião 15, 229, 230, 236, 237, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 252, 253, 255, 256, 257, 258, 259

Religiões 70, 229, 236, 237, 245, 246, 247, 248, 249, 257, 259

Resistência 9, 17, 77, 91, 101, 111, 211, 215, 216, 217, 218, 219, 259

S

Saberes 1, 2, 13, 22, 23, 24, 29, 31, 37, 38, 93, 94, 108, 116, 183, 211, 212, 215, 216, 217, 218, 219, 226

Saúde 26, 29, 30, 31, 34, 36, 37, 38, 39, 67, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 126, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 190, 191, 196, 197, 199, 200, 201, 209

Saúde indígena 26, 30, 36, 37, 39, 89, 93, 94, 95, 98, 99, 101, 102

Segregação 145

Simulacros 183, 194, 195, 201

Subalternidade 60, 109, 214, 222, 225, 226

T

Tecnologia 12, 63, 120, 161, 162, 193

Terra 35, 43, 48, 63, 64, 67, 73, 75, 76, 77, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 97, 98, 104, 105, 106, 116, 120, 123, 131, 132, 191, 207, 216, 221, 237, 241, 242, 250, 258, 259, 260


Território 34, 43, 44, 64, 65, 88, 89, 92, 101, 130, 132, 138, 145, 165, 220, 223

Tradição 7, 18, 143, 164, 216, 218, 226, 229, 231, 234, 235, 237, 242, 244, 251,

253, 254, 258

U

Universidade 1, 2, 3, 4, 7, 9, 22, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 38, 39, 51, 76, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 100, 102, 103, 104, 112, 117, 129, 130, 143, 144, 161, 179, 182, 183, 201, 203, 204, 211, 221, 222, 229, 230, 259, 260, 263



A Interlocução de Saberes na Antropologia

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020



A Interlocução de Saberes na Antropologia 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020